



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA –
PROEAD
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS LEITE

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma revisão bibliométrica da
literatura (2016-2020)**

CAMPINA GRANDE

2022

LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS LEITE

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma revisão bibliométrica da
literatura (2016-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) I – Gestão Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L533p Leite, Luiz Antonio dos Santos.
Políticas públicas e educação ambiental [manuscrito] : Uma
revisão bibliométrica da literatura(2016-2020) / Luiz Antonio
dos Santos Leite. - 2022.

19 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em
Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba,
EAD - João Pessoa , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes , UEPB -
Universidade Estadual da Paraíba ."

1. Políticas públicas. 2. Educação ambiental. 3. Prática de
ensino. I. Título

21. ed. CDD 351

LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS LEITE

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma revisão bibliométrica da
literatura (2016-2020)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) I – Gestão Municipal.

Aprovado em: 30/03/2022.

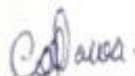
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes
Orientador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Wyama e Silva Medeiros
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)



Prof. Me. Cicero Otávio de Lima Paiva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	6
2. REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	6
3. METODOLOGIA -----	8
4. RESULTADOS E DISCURSSÃO -----	9
5. CONCLUSÃO -----	14
6. REFERÊNCIAS -----	16

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Uma revisão bibliométrica da literatura (2016-2020)

PUBLIC POLICIES AND ENVIRONMENTAL EDUCATION: A bibliometric review of literature (2016-2020)

Luiz Antônio Dos Santos Leite

Lucas Andrade de Moraes (Orientador)

Resumo

A partir da Educação é que a sociedade como um todo aprofundaram seus conhecimentos sobre o meio ambiente e a necessidade de preservar e consequentemente fixar bases mais sólidas para uma melhor qualidade de vida. Na área da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram implementados em toda a rede nacional de ensino, com a inclusão dos seguintes temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo. Nessa perspectiva, inclui-se a Educação Ambiental, que é entendida como processo permanente e contínuo, em prol do desenvolvimento de competências necessárias para resolver problemas ambientais e sociais. As políticas públicas estão relacionadas com a educação ambiental no atendimento das demandas sociais e ambientais. É por intermédio dessa relação que a educação ambiental vem suprimindo e distanciando, mesmo de maneira tímida, os abismos sociais e ambientais. As políticas públicas estão relacionadas com a educação ambiental no atendimento das demandas sociais e ambientais. Os dados demonstram com clareza que a crise ambiental está interligada a estruturas políticas e sociais, estando dentro de um modelo de desigualdade social e política indolente frente a essas questões, sendo também um modelo baseado no capitalismo explorador e gerador de lucros que não prioriza a educação ambiental, o meio ambiente e a sociedade nela inserida.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Consumo, Prática de Ensino.

Abstract

From education, society as a whole deepened their knowledge about the environment and the need to preserve and consequently establish stronger foundations for a better quality of life. In the area of Education, the National Curriculum Parameters (PCN) were implemented throughout the national education network, with the inclusion of the following cross-cutting themes: environment, ethics, cultural plurality, health, sexual orientation and work and consumption. This perspective includes Environmental Education, which is understood as a permanent and continuous process, in favor of the development of skills necessary to solve environmental and social problems. Public policies are related to environmental education in meeting social and environmental demands. It is through this relationship that environmental education has been suppressing and distancing, even timidly, the social and environmental chasms. Public policies are related to environmental education in meeting social and environmental demands. The data clearly demonstrate that the environmental crisis is linked to political and social structures, being within a model of social and political inequality indolent in the face of these issues, being also a model based on exploitative capitalism and profit-generating that does not prioritize environmental education, the environment and the society inserted in it.

Keywords: Environmental Education, Consumption, Teaching Practice.

1. INTRODUÇÃO

Em qualquer seguimento dentro de uma sociedade a educação é base para se alcançar os objetivos almejados, objetivos estes que precisam está em conformidade com as necessidades da coletividade, no meio ambiente não seria diferente, não tem como tratar de um meio ambiente equilibrado sem políticas publicas educacionais voltadas para tal.

Em conformidade com essa necessidade de preservação ambiental ligada diretamente a educação trazemos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) os quais foram implementados em toda a rede nacional de ensino, com a inclusão dos seguintes temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual e trabalho e consumo. A proposta desse parâmetro concebe a incorporação dos temas transversais no currículo escolar, devido à urgência da implantação de questões reais. Ao inclui lá estás possibilitam a compreensão e a crítica da realidade, oferece aos alunos a oportunidade de apropriar-se delas como instrumento de reflexão e mudança de vida (BRASIL, 2000, p. 23). Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta para fomentar os valores ambientais nas gerações atuais e futuras.

Nesse sentido, há uma preocupação com a mudança de atitude do profissional da educação formal e informal, uma vez que ensino, aprendizagem e pesquisa lidam com dois momentos: o de aprender o conhecimento existente e o de trabalhar com a produção de conhecimento que ainda não existe (FREIRE, 1996, p. 14). Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem a inclusão de temas transversais para um processo ensino-aprendizagem mais significativo relacionado a área do meio ambiente.

Nessa perspectiva, inclui-se a Educação Ambiental, que deve ser entendida como processo permanente e contínuo, em prol do desenvolvimento de competências necessárias para resolver problemas ambientais e sociais (PORTERO 2010). A Educação Ambiental deve ser orientada para a transformação social, tendo como foco principal uma ação interdisciplinar que relacione homem, a natureza e o universo, com base no princípio de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável por sua degradação é a ação antrópica. Assim, a EA é considerada uma processo educacional essencial para atender às novas demandas da sociedade contemporânea, por meio do desenvolvimento de atitudes, hábitos e valores voltados para a conservação e respeito pela natureza, com base na realidade escolar e social (ANTONI 2005).

Portanto, “A Educação Ambiental tem um papel fundamental para o futuro dos seres vivos, pois é por esse caminho que as mudanças e ações de conscientização ambiental podem ser viabilizadas” (OLIVEIRA, RIZZO 2007, p. 2). É uma educação voltada para a construção de novos hábitos e comportamentos (PEDRINI, 1997). Assim, deve ser um processo permanente e contínuo, com vista ao desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos problemas ambientais.

No Brasil, de acordo com a Lei Federal nº 9.795/99, a Educação Ambiental é declarada como direito de todos e componente essencial para a Educação Nacional. Seu objetivo é proporcionar o conhecimento da sustentabilidade, “esverdeando” os métodos e comandos sociais da instrução tradicional, colaborando com a socialização dos indivíduos e a constituição do cidadão (MACHADO, CHIARAMONTI, SERMANN, 2007).

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei Federal 9.795/99, com a finalidade de compromisso educacional e integrando todos os níveis e modalidades de ensino. A partir do surgimento desse tema como problema da agenda política, várias políticas públicas foram elaboradas, visando atender as demandas ambientalistas.

O objetivo deste artigo é análise da produção científica sobre políticas públicas e a educação ambiental por meio de indicadores bibliométricos.

2. REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quando se debate o tema de políticas públicas em seu aspecto amplo podemos entender esse termo como o Estado em ação diante de alguma situação, ou seja, o ente público, dentro de suas competências, ao encontrar um problema passa a elaborar diretrizes no sentido de resolver tal problema, sempre levando em consideração a supremacia do interesse público (SECCHI, 2013).

Nestes termos, quando falamos sobre políticas públicas educacionais, temos a educação como um direito social previsto no *caput* do art. 6º da Constituição Federal de 1988, mas a frente no citado texto legal temos que a “A educação, direito de todos e **dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (Grifos nossos). (Art 205, *caput*, CRFB/1988), assim sendo, embora divida o dever de educar com a família, o Estado ainda é o maior responsável no sentido de garantir a todos o direito a educação, seja pela garantia de acesso a instituições de ensino, disponibilidade de material didático, remuneração digna para os

professores, dentre outras pautas que envolve as políticas públicas para educação num sentido mais amplo.

A Constituição Federal ainda dispõe no artigo que trata do direito ao meio ambiente prevê que é incumbido ao Poder Público “**promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino** e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Art. 225 § 1º, VI, CRFB/1988).

Dessa forma vemos que o Estado precisa atender uma demanda legal, qual seja, atuar no sentido de garantir aos cidadãos brasileiros a educação e de forma mais específica a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Cabe destacar que a Educação Ambiental não está prevista apenas no texto constitucional como citado anteriormente, mas também está prevista na Política Nacional de Meio Ambiente, e possui uma lei própria que trata do tema, qual seja a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Política Nacional de Meio ambiente foi pioneira no que tange ao debate ambiental elevando-o ao status de política pública, sobre tal política e seu impacto na educação ambiental nacional, Batista (2017, p. 62) explica que:

A aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente definiu a necessidade da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Isso nos leva a concluir que a educação ambiental no Brasil nasceu como um princípio e instrumento da política ambiental. (Grifos Nossos)

Dessa forma a Educação Ambiental no Brasil tornou-se oficial por meio da Lei de nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Ressalta-se que é possível encontrar diversas definições para a Educação Ambiental, uma vez que ela está presente na doutrina, na legislação nacional, nos tratados e documentos internacionais o que acaba por revelar múltiplas facetas de um mesmo tema. Conforme aponta Carvalho (2004, p. 15): “[...] não acreditamos que seja possível traduzir ou reduzir as múltiplas orientações numa única educação ambiental: uma espécie de esperanto ou pensamento único ambiental”.

Quanto ao termo “Educação Ambiental” Layrargues (2004, p. 7) explica que “Educação Ambiental é um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da Educação e o campo Ambiental”, portanto, pode-se afirmar que o termo Educação Ambiental se trata do nome que é usualmente utilizado para definir as práticas educativas relacionadas a questão ambiental.

Num aspecto legal, a Política Nacional de Educação Ambiental dispõe que:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.
(BRASIL, 1999)

Quando se afirmar que a Educação Ambiental se trata de um processo, pressupõe que a mesma esteja em um constante movimento de transformação, o que de fato ocorre à medida que novas informações e realidades surgem e necessitam serem abordadas e debatidas nas mais diversas entidades ligadas a políticas de educação que possibilitam a discussão e sobretudo uma implementação de novas políticas públicas que atendem as demandas atuais e regionais acerca da temática ambiental.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a bibliometria, que consiste em um método de análise quantitativo para pesquisas científicas. Nesse tipo de método os dados surgem por meio de estudos bibliométricos que buscam mensurar a contribuição das publicações científicas em alguma área do conhecimento (SOARES *et. al.*, 2016; SOARES, PICOLLI, CASAGRANDE, 2018). Nesta pesquisa buscou-se fazer uma análise bibliométrica da produção científica sobre Políticas Públicas e Educação Ambiental na base de dados *Scopus*® (da Elsevier).

A sistematização da pesquisa partiu do desenho metodológico sugerido por Marconi e Lakatos (2017), com 1) a escolha do tema entre a relação entre Políticas Públicas e Educação Ambiental; 2) identificação dos descritores de buscas (termos de buscas) “*Public Policy*” e “*Environmental Education*”; 3) identificação do banco de dados para busca de artigos científicos sobre a temática, no caso foi escolhido a *Scopus*® (da Elsevier), por se constituir como um dos bancos de dados mais relevantes na indexação de periódicos; 5) compilação das

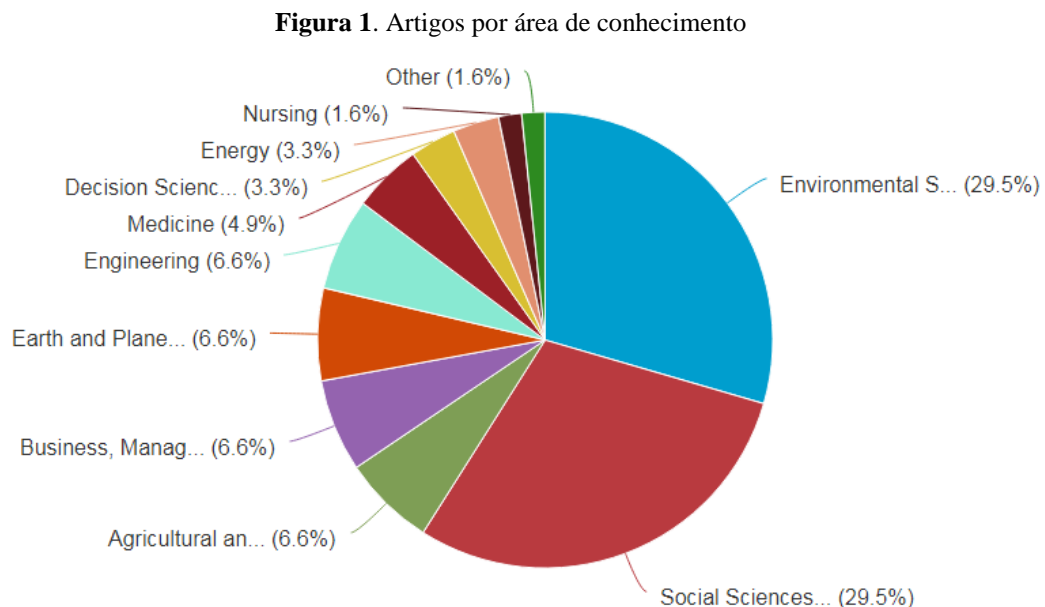
bibliografias encontradas; 6) fichamento do conteúdo das bibliografias com autores, anos, objetos de estudo, perspectivas teóricas, metodologia adotada e resultados encontrados; 7) leitura e análise interpretativa dos artigos; 8) redação descritiva-textual dos achados.

O banco de dado utilizado foi a *Scopus*®, sendo utilizado como critérios de inclusão (refinamento) apenas artigos (*peer review*), em qualquer idioma, publicado nos últimos cinco anos (2016 a 2020), que constem os descritores (termos de buscas) nos títulos, resumos (abstract) ou palavras-chave (*keyword*).

Utilizando os critérios de busca e de inclusão na base de dados esse processo de coleta de pesquisa resultou em um total de 34 (trinta e quatro) artigos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando as produções científicas que abordam as políticas públicas e a educação ambiental foi possível evidenciar mais de dez áreas do conhecimento científico que debatem a questão, conforme se verifica na Figura 1:



Fonte: *Scopus* (2021)

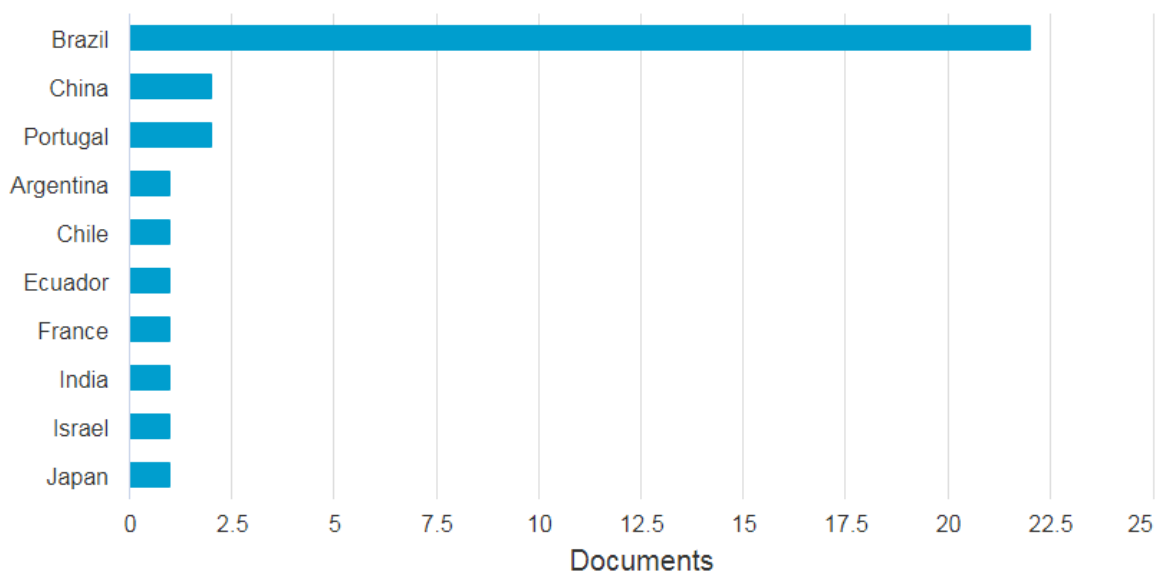
As áreas do conhecimento das ciências ambientais e ciências sociais foram as duas áreas com maior (29,5% cada) incidência de trabalhos com as temáticas das políticas públicas e educação ambiental. No contexto dos cursos organizacionais, a área da economia, administração e contabilidade, representaram 6,6% de produções científicas com a temática. Os números destacam para a forte incidência das pesquisas ambientais e sociais com a

temática da educação ambiental, teve sua ampliação com o aumento das discussões sobre aquecimento global, mudanças climáticas, efeito estufa e outros problemas ambientais no contexto das relações homem-ambiente.

Na área de conhecimento da administração ainda é tímida as publicações sobre as políticas públicas e educação ambiental, todavia é importante mencionar que o debate ambiental no contexto dos cursos de formação de administradores tem ganhado respaldo principalmente com inserções de disciplinas como Gestão Ambiental, Responsabilidade Socioambiental, e outras que dentro de seus debates inserem a temática da educação ambiental.

Outro ponto que pode-se observar nessas publicações acadêmicas das políticas públicas e educação ambiental são os países que tem mais contribuídos para o debate dessa temática, na Figura 2 pode-se observar os países ou territórios que mais produziram:

Figura 2. Artigos por país ou território



Fonte: *Scopus* (2021)

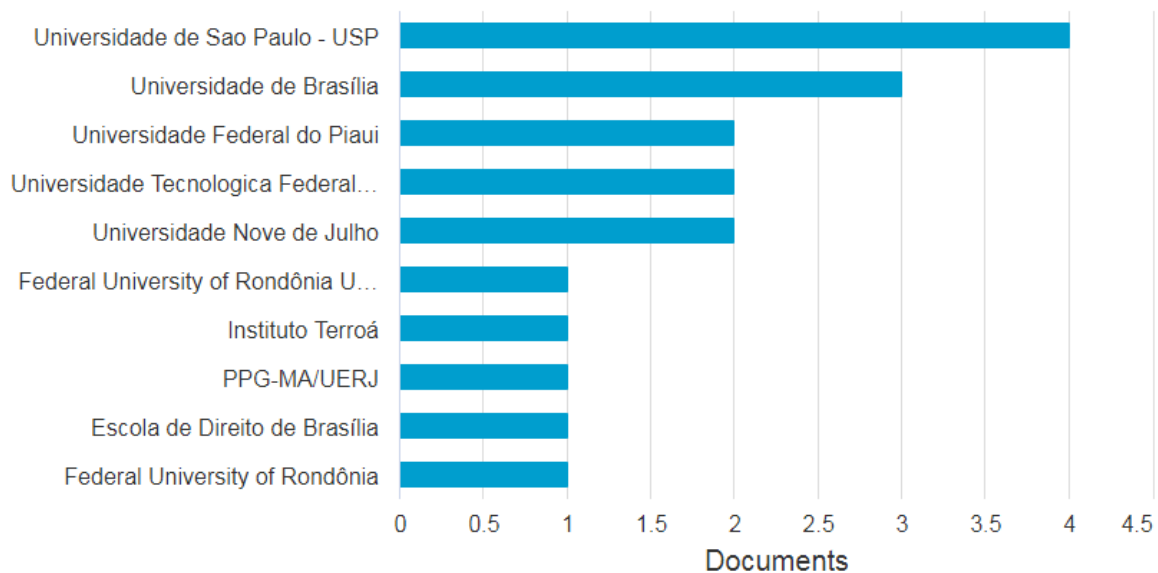
Observando a Figura 2, percebe-se que o Brasil é o país que tem mais contribuído para as discussões sobre políticas públicas e educação ambiental, sendo assim o país que tem maior incidência de publicações sobre a educação ambiental, com mais de 20 artigos dentre os localizados na plataforma da *Scopus*. Outros países que se destacaram foram a China e Portugal com dois artigos publicados cada sobre a temática.

A possível explicação para o país liderar no número de publicações reside justamente na própria configuração da Educação Ambiental brasileira ser configurada como uma política pública nacional, possuindo uma Política e Programa Nacional da Educação Ambiental,

especificada com lei específica e ações próprias que fortalecem as ações estratégicas para implementação da EA em diversos setores organizacionais, por meio da Educação Ambiental formal e informal.

Procurando observar mais a fundo quais são os centros de afiliação que mais tem publicados sobre a temática das políticas públicas e da educação ambiental é visto na Figura 3.

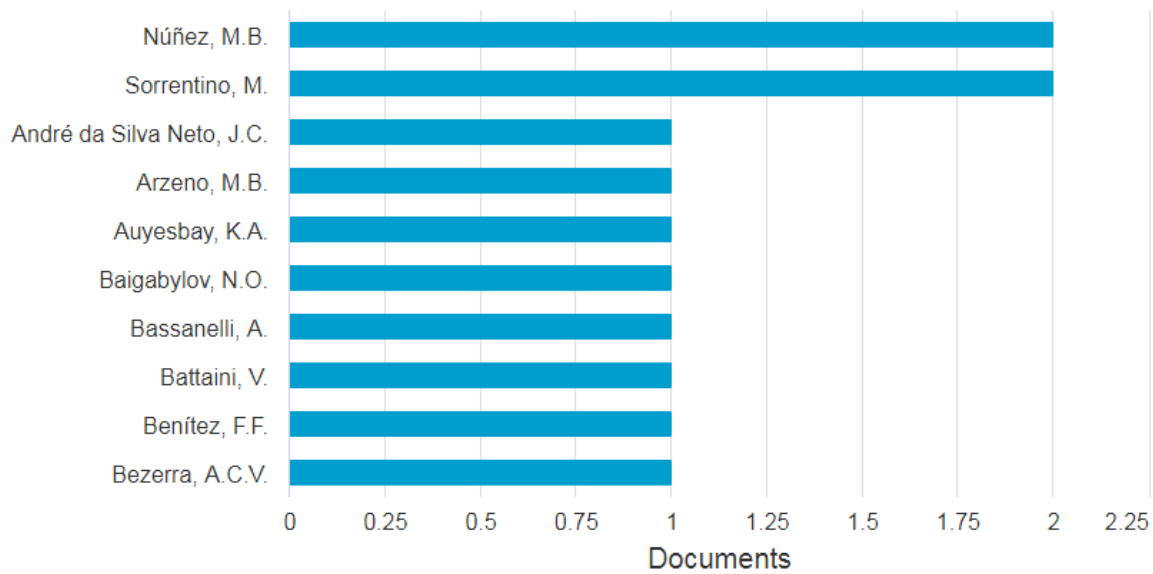
Figura 3. Artigos por centro de afiliação



Fonte: *Scopus* (2021)

Os maiores centros educacionais que tem publicado sobre Políticas Públicas e EA são a Universidade de São Paulo (USP) com 4 artigos, Universidade de Brasília (UnB) com 3 artigos, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Universidade Nove de Julho (UNINOVE) com 2 artigos. É possível observar que, dentre as universidade de afiliação dos artigos publicados, os centros educacionais do sudeste e centro-oeste são os que possuam mais centros publicadores da temática.

Detalhando essa publicações é possível observar na Figura 4 os principais autores que mais tem publicado sobre a temática das políticas públicas e educação ambiental:

Figura 4. Artigos por autor

Fonte: *Scopus* (2021)

Os autores que possuem mais trabalhos publicados sobre políticas públicas e educação ambiental são Núñez e Sorrentino. O autor Núñez com dois artigos publicados, um artigo com parceria de Castro e Cartea intitulado “*Environmental education in times of crisis. Where is it when it is most necessary?*” (2017) e o segundo artigo com parceria com Cartea e Castiñeiras intitulado “*Economic crisis and professionalization in the field of environmental education: Comparative 2007-2013*” (2017). O autor Sorrentino possui dois artigos, um artigo com parceria com Battaini intitulado “*La educación ambiental en la agenda de las políticas públicas brasileñas: Un análisis desde el concepto de ciclo político*” (2020) e outro artigo com parceria de Biasoli intitulado “*Dimensions of public environmental education policies: The necessary inclusion of everyday politics*” (2018).

Os autores Núñez, Castro & Cartea (2017) demonstra com clareza que a crise ambiental está interligada a estruturas políticas e sociais, estando dentro de um modelo de desigualdade social e política indolente frente a essas questões, sendo também um modelo baseado no capitalismo explorador e gerador de lucros que não prioriza a educação ambiental, meio ambiente e a sociedade nela inserida. Para os autores a sobrevida estaria na educação ambiental, com a promoção, reavivamento de debates e mobilização que dão o tom de uma

nova perspectiva em favorecimento de uma educação ambiental promotora e construtora de sociedades sustentáveis e justa, apesar do desmantelamento do Estado frente a essas políticas públicas e seus retrocessos.

Essa pesquisa foi realizada na cidade de Galícia-Espanha, onde foi realizado uma pesquisa de campo com enfoque sociobiografia das histórias de vida de nove educadores ambientais através da aplicação de um questionário individual com perguntas em primeira etapa relacionadas à idade, gênero, origem, estudo, formação e composição do núcleo familiar, e em segunda etapas abordando questões profissionais e de trabalho.

Com objetivo de analisar especificamente a relação com a administração pública, avaliando sua influência tanto no processo de consolidação e profissionalização como na atual fase de desmantelamento do campo, e na orientação do seu discurso e formas de orientação. Os autores entendem o Estado como fomentador de políticas públicas junto a sociedade promovendo a educação ambiental, com inserção de políticas voltadas ao desenvolvimento social e ambiental, não poderá se abster de seu papel na sociedade. A educação ambiental está em consonância com políticas que avançam no sentido da preservação do meio ambiente e da Vida.

Com o objetivo de fornecer evidências que nos permitam avaliar como está influenciando o campo da educação ambiental, a crise social e econômica sofrida pela sociedade Espanhola, Carrea, Núñez & Castiñeiras (2017) faz uma análise comparativa entre 2007 a 2013 com referência na crise econômica que desencadeou a alta do desemprego dos profissionais da educação ambiental em Galícia. A crise estabelecida contribuiu para o governo justificar o corte e redução significativas do orçamento, causando um déficit na prestação dos serviços públicos e quase extinção dos educadores ambientais, devido à precariedade e falta de emprego.

A crise econômica afeta indistintamente a todos independente da classe social, porém a classe trabalhadora sente um maior impacto nos seu orçamento. Os serviços públicos se precarizam ainda mais. Na Galícia-Espanha não foi diferente. Com a crise econômica estabelecida e o comprometimento dos serviços públicos, e conseqüentemente afetando os educadores ambientais e a educação como um todo. Os educadores ambientais em Galícia

Espanha, convivem neste período 2007 a 2013 com a incerteza do emprego e continuidade de programas ambientais, com redução e cortes orçamentários para a educação ambiental. A crise reflete diretamente na gestão pública, de como o Estado vai entender e se posicionar em relação à educação ambiental e em que grau de importância deverá ser colocada. O recuo do Estado em dar continuidade às políticas sociais e ambientais contribuiu

com o desemprego no campo e incertezas de programas sociais (CARTEA, NÚÑEZ, CASTIÑEIRAS, 2017). Já Bettaini & Sorrentino (2020) Com o objetivo de conhecer a realidade local para implantação de política pública na educação ambiental através de coleta de dados e análise documental, buscando em seu trabalho entender um Estado comprometido com a educação ambiental, fortalecendo a participação coletiva e individual para a transformação local, e que contribua com o crescimento social e efetivas ações transformadoras e inclusivas do ambiente pelo que o sujeito é parte integrante.

Apesar do esforços de setores da sociedade; como ONGs e agentes comunitários em implantar políticas públicas para a educação ambiental local, vê-se que tais programas inovadores não carrega grandes interesses de continuidades, relegando a atuação em pequenos grupos da comunidade com ações fora da esfera governamental, no qual não empenham em primeiro plano a necessidade da EA na sociedade. O local da pesquisa foi a ilha de Fernando de Noronha-Pernambuco (BETTAINI, SORRENTINO, 2020).

Na publicação de Biasoli & Sorrentino (2018) os autores considera que o pensamento hegemônico ocidental são bases para os problemas das sociedades modernas, trazendo agravamento do clima como fatores de matriz energética, aumento de gases estufa, e diminuição da água entre outros fatores climáticos. Os autores atribuem esses agravamentos a um pensamento hegemônico da nacionalidade científica, a transformação de problemas éticos e políticos em técnicos e jurídicos, o individualismo promovido pela propriedade privada, o poder do Estado verticalizado e a ideia de um desenvolvimento infinito.

A política do cotidiano é um conjunto de forças das instituições do Estado com os indivíduos em prol do bem comum. O envolvimento da sociedade nas políticas públicas fortalece projetos e programas sociais voltados ao bem estar da sociedade. O fortalecimento da sociedade não enfraquece o Estado na sua obrigação social. A educação ambiental e a gestão pública quando alinhados aos propósitos, mantém o meio ambiente preservado, uma economia circular sustentável e renda às populações em vulnerabilidade social. A educação ambiental geradora de conhecimento, fomentadora da economia, são ferramentas fundamentais à sobrevivência das comunidades e mantenedora das comunidades nas suas terras e habitat em consonância com a biodiversidade.

5. CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho conclui se que a educação ambiental deve ser inserida na base educacional desde dos primeiros anos de vida escolar como forma de estimular nossas

crianças a serem futuros cidadãos conscientes de que sem a preservação do meio ambiente não há como se garantir vidas futura, assim como a discussão diante de toda sociedade. E para que essa educação chega de forma efetiva nas escolas e na sociedade, as políticas sociais voltadas para a implementação desta devem ser efetiva e participativa.

Outro ponto a ser tratado ao final desta é a questão social, e a área de atuação dessas políticas, observou se que quanto mais vulnerável a população mais difícil de se levar uma educação ambiental, a exemplo de pessoas que dividem espaço com o lixo ou sobrevivem deste não compreendem uma educação voltada para tal, no entanto é de extrema importância que o governo não desista dessas pessoas, daí a importância de se levar a todos os lugares a educação ambiental.

Os números remetem para a forte incidência das pesquisas ambientais e sociais com a temática da educação ambiental, o qual teve sua ampliação com o aumento das discussões sobre aquecimento global, mudanças climáticas, efeito estufa e outros problemas ambientais no contexto das relações homem-ambiente.

A educação ambiental contribui com a gestão pública como aliada na formação de cidadãos, nas transformações sociais despertando a consciência preservacionista e cidadã na preservação do meio ambiente, nas questões relacionadas à biodiversidade com empenho a programas de reciclagem, destinação correta dos resíduos sólidos, uso consciente das águas e reuso, e contribuindo no desenvolvimento da economia circular.

Esse trabalho de pesquisa bibliométrica encontrou limitações por utilizar uma única base de dados, no caso a *scopus*, onde as publicações que abordavam o tema da pesquisa não tinha muita abrangência, gerando limitações a sua concepção.

Baseado nas limitações para pesquisa do tema a que se propõe o artigo, a sugestão de pesquisa futura é a utilização de outras bases de dados, abordando o mesmo tema de pesquisa e confrontar com outras ideias e publicações e por meio destas pesquisas se concretizar o quão importante a evolução do estudo e propagação da educação ambiental dentro de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S.S. **Educação ambiental no ensino superior: reflexões e caminhos possíveis**. Curitiba: Appris, 2017.

BATTAINI, V.; SORRENTINO, M. Local and global environmental education: Public policies and participation in fernando de noronha [Article@La educación ambiental en la agenda de las políticas públicas brasileñas: Un análisis desde el concepto de ciclo político]. **Pedagogia Social**, (36), pp. 49-61, 2020.

BIASOLI, S.; SORRENTINO, M. Dimensions of public environmental education policies: The necessary inclusion of everyday politics. **Ambiente e Sociedade**, 21, art. no. e00144, 2018 .

CARTEA, P.M.; NÚÑEZ, M.B.; CASTIÑEIRAS, J.J.L. Economic crisis and professionalization in the field of environmental education: Comparative 2007-2013 in Galicia [Article@Crisis económica y profesionalización en el campo de la educación ambiental: Comparativa 2007-2013 en Galicia]. **Educacao e Pesquisa**, 43 (4), pp. 1127-1146, 2017.

CARVALHO, I. C. M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereços da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24.

LAYRARGUES, P. P. (Re)Conhecendo a Educação Ambiental Brasileira. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 7-9.

NÚÑEZ, M.B.; CASTRO, C.M.; CARTEA, P.M. Environmental education in times of crisis. Where is it when it is most necessary?. **Ambiente e Sociedade**, 20 (3), pp. 135-154, 2017.
SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOARES, Patrícia Bourguignon; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes; CALMON, João Luiz; CASTRO, Luiz Otávio da Cruz de Oliveira. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído** [online]. v. 16, n. 1, 2016.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 1 maio 2018.